

72

ARTIGO

HISTÓRIA(S)
INDÍGENA(S)
E A PRÁTICA
ARQUEOLÓGICA
COLABORATIVA

Juliana Salles Machado¹

1- Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo

RESUMO

O presente artigo aborda questões teórico-metodológicas da prática arqueológica colaborativa em comunidades indígenas. Abordaremos questões relacionados a como e porquê realizar pesquisas envolvendo populações tradicionais. A fim de encaminhar tal reflexão, apresento uma pesquisa colaborativa entre os Xokleng de Santa Catarina. A co-existência de trajetórias históricas particulares em seu território e o conhecimento deste palimpsesto de ocupações e reocupações é o cerne desta pesquisa. Através de uma prática científica colaborativa, tem-se priorizado a construção de discursos multivocais, permitindo assim a formação e a incorporação de distintas noções de tempo, espaço, história e memória.

PALAVRAS-CHAVE: Xokleng, território, memória, arqueologia colaborativa, arqueologia indígena.

ABSTRACT

This article approaches theoretical and methodological issues of the collaborative archaeological practice in indigenous communities. We will deal with questions related to the how and why to realize research involving traditional populations. In order to address this, I present a collaborative research with the Xokleng, an indigenous group of Santa Catarina. The co-existence of particular historical trajectories in their territory and the understanding of this palimpsest of occupations and reoccupations is the focus of this research. Through a collaborative scientific practice, we have given priority to the construction of multivocal discourses, thus allowing the formation and incorporation of distinct notions of time, space, history and memory.

KEYWORDS: Xokleng, territory, memory, collaborative archaeology, indigenous archaeology.

PROTESTO POR WALDERES COCTÁ PRIPRÁ TI LAKLĀNŌ, AGOSTO 2013

No Brasil temos um grande numero de povos, cada um com o seu modo de viver e de ver o mundo. Dentre tantos povos e culturas temos também os povos indígenas que também possuem seu modo de ver e viver, todos tem um ponto de vista e por isso devem ser respeitados. Muitos que não conhecem a trajetória do meu povo, Xokleng/Laklānō, muitas vezes questionam dizendo, por que o índio quer tanta terra? Mal sabem eles que o povo Xokleng/Laklānō durante muitos anos habitou no vale do Itajaí, nas encostas das montanhas e no planalto do sul do Brasil e sobreviviam da caça, da pesca e da coleta de frutos silvestres e mantinham vivas sua língua, cultura e tradição, com a chegada da chamada civilização europeia tudo mudou, os índios foram massacrados e uns levados para serem vendidos como escravos nos mercados de São Vicente e na Baía de Todos os Santos, os que sobreviveram foram mortos por doenças transmitidas pelos colonizadores, dizimando quase todos os indígenas. Hoje os sobreviventes do povo Xokleng/Laklānō lutam para reconquistar uma terra que um dia já foi deles, mas devido a tantas burocracias o povo perece, pois, se no passado os índios foram mortos a fio de facão, escopetas e espingarda, hoje tentam matar na caneta e no cansaço mais como sobrevivemos a tantos ataques na aurora do dia iremos lutar até o fim para reconquistar nossos direitos pelas terras ao qual esta sendo reivindicada.

Com o protesto de Walderes Coctá Priprá, acadêmica Xokleng inicio este artigo, no qual quero refletir sobre aspectos teórico-metodológicos da prática arqueológica realizada em áreas habitadas por populações chamadas de “tradicionais”, tais como indígenas, ribeirinhos, quilombolas, entre outras. Mais especificamente gostaria de focar em um fazer colaborativo da pesquisa que recentemente vem sendo realizado nos contextos brasileiros e mundiais e de maneira mais ampla tem sido relacionado a uma perspectiva de pesquisa mais comumente conhecida como etnoarqueologia (David e Kramer 2001, Silva et al 2007, 2009a, 2009b, 2011a, 2011b, 2012a, 2012b). O intuito é trazer à discussão os distintos interesses em pauta quando tratamos da questão do patrimônio arqueológico. Para dar suporte a esta

questão irei utilizar como estudo de caso o diálogo estabelecido por mim com os acadêmicos indígenas Xokleng, tal como Walderes, além de posições de outros membros dessa população indígena. Tal diálogo teve início no âmbito da formulação de um projeto de pesquisa no qual se buscou tratar questões relativas ao passado a partir de situações do presente, tendo como eixo norteador a história de formação do território indígena Xokleng no estado de Santa Catarina.

A importância de abordarmos esta pesquisa neste artigo em específico está, em um primeiro momento, na compreensão de sua própria formulação a partir de uma demanda indígena dos Xokleng pela pesquisa arqueológica em sua terra. Tratarei aqui portanto de esclarecer o contexto desta demanda e as consequências destas distintas visões sobre arqueologia para a (re)configuração de nossas práticas científicas.

Os Xokleng ocupam atualmente no estado de Santa Catarina a terra indígena Laklānō. A TI Laklānō iniciou-se com a criação de um posto indígena de atração em 1914 (Nigro 2004), quando foi demarcada uma área de 20 mil ha. Ao longo destes anos, no entanto a área foi diminuindo em função das frentes de colonização, exploração de madeira, construção de hidroelétricas, invasão das terras pela agricultura e pecuária e pelo crescimento urbano na região (Nigro 2004, Pereira et al 1998). Atualmente apenas 14.088 ha da terra indígena estão registrados (CRI – SPU), no entanto os Xokleng utilizam cerca de 17 ha em 8 aldeias. Em 1999 foi definido uma ampliação da terra indígena para 37.108 ha, contudo, desta apenas 23.024 ha foram declarados e estão em questão no STF. A questão da delimitação da terra indígena é, portanto, um tema que tem preocupado muito os Xokleng.

Há aproximadamente cinco anos ou mais, os Xokleng vêm passando por um pro-

cesso de auto-reflexão ou auto-re-criação, o que na antropologia muitos têm chamado de *aprender a ser índio no mundo contemporâneo*. Isto é, um processo consciente de busca e reflexão de sua própria cultura e reafirmação de sua identidade cultural, através da retomada de saberes e conhecimentos do passado. Este complexo processo de re-construção de sua memória está intrinsecamente relacionado com os fenômenos políticos, econômicos e sociais do presente. Cada povo indígena possui sua trajetória histórica particular o que faz com que também suas demandas contemporâneas com relação a sociedade nacional, com a própria transformação e manutenção de sua cultura lhe seja específica. A atual busca do ser índio hoje, mais do que uma reflexão sobre seu próprio eu, é uma reflexão da sua relação com o externo. É uma construção contemporânea do que lembrar e do que esquecer, de quais objetos devem compor o repertório tradicional de seu povo, suas festas, rituais, histórias ancestrais, enfim qual é o repertório significativo para ser Xokleng hoje. Tal fenômeno no entanto deve ser compreendido através deste contexto de mudanças, o que no caso específico dos Xokleng, de um contexto de aumento demográfico intenso, perda acelerada de sua língua nativa, de suas relações de trabalho e poder com os brancos e, como já havíamos mencionado anteriormente, a iminente ameaça a sua terra.

Foi neste cenário que em 2011 foi criado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) a Licenciatura Intercultural Indígena do Sul da Mata Atlântica: Xokleng, Kaingang e Guarani, com o enfoque “Territórios indígenas: questões fundiária e ambiental no Bioma Mata Atlântica”, curso que atualmente conta com 33 alunos Xokleng. Os estudantes indígenas passaram por um processo de indicação dentro de suas aldeias e a maioria dos indígenas Xokleng que frequentam

este curso são professores da escola diferenciada indígena, no entanto há também outras pessoas vindas de diversas aldeias, além de lideranças e caciques regionais que não estão vinculadas a escola. Este grupo teve como parte de sua atividade curricular aulas de arqueologia ministradas na universidade e um trabalho a ser realizado na aldeia (no chamado tempo-comunidade). A disciplina chamou especial atenção dos Xokleng, que muito se interessaram pelas questões relativas à identificação da cultura material de seus antepassados e a possibilidade de discutir o passado Xokleng na academia. Com base nestes interesses muitos buscaram aldeias antigas e sítios arqueológicos no entorno da terra indígena e trouxeram sepultamentos e cerâmicas para a universidade, sem naquele momento saberem da prática de sistematização da coleta e documentação dos mesmos, além da política nacional de preservação destes objetos, tidos como patrimônio da união. Tendo sido repassados então tais noções da prática arqueológica e as especificidades metodológicas desta disciplina, os Xokleng então demonstraram vivo interesse no estabelecimento de uma pesquisa arqueológica sobre o seu passado naquele território.

Quando esta demanda Xokleng chegou a mim, tivemos um primeiro encontro na universidade para discutir quais eram as expectativas deles em relação a esta pesquisa. Desta conversa inicial o principal tema era como a arqueologia podia ajudá-los no reconhecimento de seu território tradicional. Após esta discussão, eles também ressaltaram seu interesse no potencial da pesquisa em transmitir o conhecimento tradicional Xokleng para os mais jovens, usando assim a arqueologia como forma de preservação de sua memória. Com base nesta demanda e expectativas propus um projeto baseado na abordagem da arqueologia colaborativa, na

qual podíamos conjuntamente elaborar (e constantemente re-elaborar) as questões pertinentes à pesquisa arqueológica e ao coletivo Xokleng, além de todos se envolverem na sua aplicação prática (cronograma, métodos e técnicas) e a interpretação dos dados.

Em um segundo encontro, ainda na universidade, expus a eles as discussões arqueológicas já existentes para a região atualmente ocupada pela terra indígena, mostrando quais foram as questões abordadas e quais são os modelos científicos existentes para compreender a trajetória pré-colonial dos índios na região (Noelli 1996, 1999, 1999/2000, Schmitz e Beber 2011, Silva 2000, Eble 1973). Neste momento foi exposto a dificuldade da arqueologia em associar os vestígios arqueológicos encontrados na região sul do Brasil aos Xokleng, sendo mais comumente utilizado uma macro-divisão entre os Jê do sul (categoria que envolve os Xokleng e os Kaingang) e os Guarani. Outra abordagem utilizada está relacionada a divisão entre tradições arqueológicas (tradição cerâmica Itararé, Casa de Pedra e Taquara) sem uma correlação direta as populações que as produziram.

Há no entanto, uma tentativa dos pesquisadores em identificar grupos culturais associados aos vestígios categorizados. A Tradição Taquara estaria associada no Rio Grande do Sul aos Kaingang, pois seus vestígios são encontrados em áreas ocupadas historicamente por estes grupos. A tradição Casa de Pedra, segundo Miller, teria sido um erro de classificação e estaria relacionada as outras duas tradições. O problema maior entre a correlação das tradições arqueológicas com grupos etnográficos está na tradição Itararé, que se espalha por áreas de Santa Catarina, Paraná e São Paulo e ora é associada aos Xokleng ora aos Kaingang.

Tal quadro foi muito questionado pelos Xokleng que afirmavam conseguir diferen-

ciar seus vestígios daqueles relacionados aos Kaingang. Eles então me perguntaram, “isso não vale?” Esta pergunta tocou no ponto crucial do fazer arqueológico contemporâneo: como lidar com as diferentes formas de construção do conhecimento, especialmente no caso de trabalhos *com, para ou pelas* populações indígenas? Como praticar uma arqueologia menos excludente e mais responsável perante as populações indígenas que durante muito tempo permaneceram relegadas à *objetos* de pesquisa e não *sujeitos* ativos na construção de um conhecimento público ou cientificamente aceito (Colwell-chanthaphonh e Ferguson 2008, Colwell-Chanthaphonh 2009, Silliman 2008, Smith e Wobst 2005, Meskell 2009, Silva 2012, 2011).

Pega de surpresa, minha resposta para esta pergunta tão pertinente foi que ela atualmente era válida entre eles e pequenas partes da sociedade, sensíveis às questões indígenas, mas que com este projeto, nosso intuito seria discutir e refletir sobre as possibilidades de torná-la válida também perante o discurso público, legal e/ou científico. Acredito ser este o desafio contemporâneo da arqueologia colaborativa, flexibilizar a pesquisa arqueológica para incorporar diferentes visões sobre o passado, não de forma a produzir um discurso homogêneo e estável, mas sim trazendo a complexidade e diversidade de idéias sobre o passado, sobre cultura material e sobre o patrimônio como um todo. Assim a importância deste projeto está baseada na possibilidade de contemplar, por um lado, uma problemática tradicionalmente classificada como “arqueológica” acerca da trajetória histórica dos Xokleng nesta região sul do Brasil (vide questões ainda em aberto sobre a diferenciação dos vestígios materiais relacionados aos Xokleng ou Kaingang, ainda agrupados na designação Jê do sul; a associação das tradições cerâmicas Itararé-Casa

de Pedra-Taquara e líticas como Umbu, com estas populações indígenas, amplamente debatida, mas ainda com poucas abordagens interdisciplinares e principalmente etnoarqueológicas (ver Noelli 1999), e questões mais geral sobre território, mobilidade e padrão de assentamento) e outra êmica, relacionada à questões sociais, políticas e de memória em grande indissociáveis da questão da terra e do território.

Através deste diálogo estabelecemos conjuntamente que o território seria portanto o eixo comum de nossos interesses e através dele poderíamos abordar questões centrais tanto do ponto de vista acadêmico, como para os interesses coletivos indígenas. Usando a linguagem já difundida dentro da academia (mas que acreditamos agrupar as questões relevantes tanto para nós pesquisadores, como pelos coletivos indígenas, conforme discutido anteriormente), poderíamos apontar então que a pesquisa passou a tratar de questões relativas à: forma de utilização do território (Zedeño 2008, 1997, Silva e Stuchi 2010; Silva 2011, Silva et al 2011); ao significado dos lugares (Bowser e Zedeño 2009, Whitridge 2004, Carroll, Zedeño e Stoffle 2004, Silva 2011, 2010), ao manejo ambiental (Machado 2012, Stewart, Keith e Scottie 2004), e às concepções de mundo relacionadas ao uso e apropriação do espaço e a criação do sentimento de territorialidade (Machado 2012, Zedeno 2009, Bowser e Zedeño 2009; Colwell-chanthaphonh e Ferguson 2008). No questionamos sobre como estas atividades do presente estão imbricadas com aquelas do passado. Estas ações mudaram com relação ao passado? Como?

Na prática este projeto incorpora uma pesquisa documental, a coleta e análise de aspectos da história oral e a implementação de práticas arqueológicas de levantamento, prospecção e escavação amostral nas aldeias

antigas e áreas de manejo ambiental (Balée 1994, Posey 1987, Machado 2012) identificáveis na TI e entorno, incorporando também sítios arqueológicos previamente identificados e selecionados amostralmente dentre o vale do Itajaí (Eble 1973, Schmitz e Beber 2011, Noelli 1996, 1999, 1999/2000, Nigro 2004, Reis 2002). É a partir de uma visão integrada entre estes aspectos que refletimos sobre o que mudou e o que permaneceu na ocupação, uso e manejo deste território na longa-duração.

Articulando estes interesses podemos realizar um fazer arqueológico mais ético e responsável para com estas populações (vide bibliografia como por exemplo, Colwell-chanthaphonh e Ferguson 2008, Colwell-Chanthaphonh 2009, Silliman 2008, Smith e Wobst 2005, Meskell 2009, Silva 2012, 2011a, Silva et al 2011, entre outros), na qual busca-se aliar interesses sociais e políticos das populações indígenas com os acadêmicos em busca de uma produção do conhecimento sobre o passado mais inclusiva e multivocal, uma que incorpore diferentes visões sobre o passado e sobre o usufruto do patrimônio arqueológico (Smith 2008, Silva 2011b). A possibilidade de tecer pesquisas que conjuquem interesses e problemas científicos, acadêmicos, sociais e políticos representa um grande passo para uma nova prática arqueológica, mais responsável e ciente de seu papel perante a sociedade e, mais especificamente, perante populações historicamente silenciadas (Silva 2011a, 2011b; Silva et al 2011). Tendo em vista que toda arqueologia tem implicações sociais e políticas (Smith e Wobst 2005, Meskell 2009), uma prática colaborativa reforça a necessidade de repensarmos os métodos e teorias até então praticados tanto do ponto de vista da disciplina arqueológica (Colwell-chanthaphonh e Ferguson 2008, Colwell-Chanthaphonh 2009, Silliman

2008, Silva 2011a), como do gerenciamento e usufruto do patrimônio arqueológico (Smith 2008, Ferreira 2011, Silva 2011b).

LUGAR, MEMÓRIA E TERRITÓRIO

Como mencionamos anteriormente, ao estabelecer como eixo norteador deste projeto o seu território tradicional Xokleng, estamos dialogando principalmente com as discussões do manejo ambiental e da paisagem. Na arqueologia, paisagem é tida muitas vezes como sinônimo de meio-ambiente, dissociada da sociedade humana e concebida como repositória de recursos necessários para obtenção e manutenção da subsistência dos grupos humanos; como sinônimo de espaço, paisagem como terra, composta por componentes bióticos e abióticos, com estrutura e transformação própria, decorrente de uma dinâmica interna a qual os homens tentam se adequar e domesticar. Essa mesma paisagem externa, que precisa ser domesticada para ser incorporada pode ser vista como algo indissociável, construído não apenas pela domesticação, mas pela percepção.

Durante muito tempo, na arqueologia a noção de lugar era isenta da idéia de um lugar significativo (*meaningful places*) (Zedeno 2008, Bowser e Zedeno 2009) e de um significado de “estar em um lugar” (*meaningful emplacement*), assim como estava isenta de experiência social e “saliência”, como nos indica David e Thomas (2008). Ainda na década de 1980, os trabalhos de Ian Hodder (1986) indicavam que o registro arqueológico sinalizava não tanto humanos biologicamente adaptados, mas pessoas sociais interagindo que se engajavam com seu entorno de diversas maneiras, incluindo práticas simbólicas. Paisagens então deixaram de ser “paisagens ambientais” para serem de fato “paisagens sociais”. Arqueologia da paisagem hoje trata tanto de dimensões ontológi-

cas e cosmológicas dos lugares como de características físicas.

A *dwelling perspective* proposta por Ingold ressalta a historicidade, ou temporalidade para usar seu próprio termo, desta paisagem. Este engajamento perceptivo dos humanos com o ambiente cria a própria paisagem e dentro dela encontramos a criação dos chamados *lugares*. Lugar para Paul Lane (2008:240) é parte de uma paisagem maior constituída de história, atividades rotineiras ou ambos. Cada lugar tem qualidades distintas e significativamente particulares derivadas de suas inter-relações com outros lugares que são eles próprios parcialmente criados pela performance repetida de atividades costumeiras mas também parcialmente pelo ato de contar.

Segundo David e Thomas “para entender a paisagem deve-se delinear seus meios de engajamento, a maneira que é entendida, codificada e vivida na prática social e cada um desses, assim como a própria paisagem, tem história (2008: 36). É nesse sentido que as paisagens são sempre espaços territoriais, porque são controladas e contestadas na prática social e política e são ontológicas “porque são sempre conhecidas através da emergência de visões de mundo históricas” (David e Thomas 2008:38).

Estudos contemporâneos de território em sociedades passadas moveram além da distribuição espacial de artefatos portáteis para abarcar feições anteriormente ignoradas como santuários, megalitos, arte rupestre entre outros, como sinais materiais de territórios antigos. Muitos habitats de plantas assim como fontes minerais também foram abordadas da perspectiva dos direitos de uso individual e de grupo, assim como seres espirituais (Zedeno 2008:213). A combinação de fatores naturais com modificações humanas é que permite aos arqueólogos identificar não apenas territórios, mas

formas e estratégias específicas de territorialidade, que é um processo que “envolve controle, exclusão e defesa para humanos serem capazes de interagir em um espaço tridimensional que pode eventualmente ser um território” (Zedeño 2008).

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE PATRIMÔNIO

Ao ter como foco o território e a territorialidade, ao trabalhar de forma conjunta com coletivos indígenas, estamos lidando não apenas com o significado da variabilidade dos vestígios arqueológicos, mas também com distintas formas de pensar, distintas percepções sobre o passado, sobre os objetos e sobre a paisagem. Tais diferenças tem consequências importantes para a pesquisa e geram reflexões contundentes sobre o papel do arqueólogo. Escolher que sítios arqueológicos serão preservados e quais serão pesquisados e destruídos é função do arqueólogo. O arqueólogo é portanto o responsável pelo gerenciamento do patrimônio arqueológico, mesmo que, em geral, as pesquisas arqueológicas não tenham como principal preocupação a questão do patrimônio. O fazer arqueológico é portanto inexoravelmente relacionado a preservação ou não deste patrimônio. No entanto, a questão patrimonial é pouco discutida dentre as pesquisas (Smith 2008), e quando o é, normalmente está relacionada a sua gestão e não a uma postura reflexiva. Contudo, quando estamos tratando de uma arqueologia colaborativa em terra indígena, uma questão de base se coloca, parafraseando alguns autores, a quem interessa o passado (apud Silva 2011b)? Quem tem o direito de escolher o que deve ser preservado ou destruído e como? Alguns autores, principalmente no contexto internacional, trouxeram à luz esta questão (Smith 2008; Fairclough et al 2008; Ferreira 2011; Silva 2011b) e nos indicam

como a ciência e mais especificamente a arqueologia assumiu uma postura de autoridade perante as instituições e órgãos públicos em detrimento às comunidades e coletivos não-científicos. Como alguns autores tornam evidente, o processo de valorização da ciência enquanto único ponto de vista válido para decidir acerca da gestão do patrimônio arqueológico está pautado em uma história colonialista de formação da disciplina (Smith 2008; Smith e Wobst 2005; Ferreira 2011) e sua ratificação pelo aparato institucional e governamental (Smith 2008; Fairclough 2008, Silva 2011b).

Tal legado colonialista vem sendo tratado por diversos autores que propõem práticas contemporâneas que visem equilibrar de maneira mais justa a construção do discurso sobre o passado incorporando percepções de outros agentes não-científicos também interessados no tema. Como nos ressalta Silva (2011:189), “não são apenas os arqueólogos que valorizam o conhecimento sobre o passado e que as razões para a preservação do patrimônio arqueológico são múltiplas, contextuais e situacionais”. Esta mesma autora chama atenção para as percepções distintas sobre o que é patrimônio e como ele deve ser usufruído: “em contextos indígenas, portanto, a investigação arqueológica precisa fazer um esforço para abandonar suas concepções “etnocêntricas” sobre o passado e a memória, considerando a diversidade e o pluralismo destas concepções na interpretação e apropriação do patrimônio cultural” (Silva 2011:207)

Como indicamos ainda na introdução deste artigo, a questão sobre quem pode produzir conhecimento sobre o passado é latente desde a formulação desta pesquisa junto com os Xokleng. O que buscamos ao longo de toda a prática arqueológica colaborativa é uma atitude reflexiva sobre a questão do patrimônio. Por lidar com as po-

pulações indígenas ou tradicionais em geral, temos a oportunidade de dispor de práticas que contemplem suas próprias formas de percepção histórica. Fugindo de uma forma de “ensinamento” sobre o patrimônio, mas construindo conjuntamente visões mais plurais sobre o que é patrimônio cultural para cada um e como podemos vivenciá-lo, preservá-lo e integrá-lo nas realidades particulares de cada contexto.

O QUE ESPERAMOS DE NOSSAS PESQUISAS COLABORATIVAS?

Os resultados de pesquisas colaborativas podem ser entendidos por dois vieses: um relacionado ao conhecimento produzido *sobre* os povos tradicionais (neste caso, os Xokleng, o Jê do sul e o manejo e concepção do território do vale do Itajaí – dados pouquíssimo explorados até o momento) – e outro relacionado ao próprio processo de construção de um fazer arqueológico *com* os coletivos indígenas. No nosso estudo de caso, poderíamos associar a produção de conhecimento sobre a problemática arqueológica de ocupação pré-colonial do sul do Brasil (Noelli 1999, 1999/2000, Schmitz e Beber 2011, Reis 2002) e a dificuldade em relacionar os vestígios materiais, especificamente neste caso a cerâmica (Silva 2000, Noelli 1999) com grupos étnicos. Segundo Noelli (1999), é apenas a partir de abordagens interdisciplinares e, mais especificamente, de abordagens que envolvam pesquisas etnoarqueológicas, que a relação entre os Xokleng e os Kaingang e os vestígios arqueológicos atualmente atribuídos de forma genérica ao Jê do sul, poderão ser melhor compreendidos e, conseqüentemente, a ocupação pré-colonial desta região por estas populações. No entanto, esta pesquisa não se propõe a diferenciar as cerâmicas arqueológicas conhecidas entre os grupos indígenas atuais, mas sim, buscar compreender como neste

processo atual de “pró-vitalização cultural” (parafraseando um termo muito corrente entre os acadêmicos indígenas), os Xokleng tem pensado e resgatado seu patrimônio cultural em termos de ações cotidianas, atividades produtivas (manejo ambiental, conhecimento etnobotânico, produção de objetos). Buscamos assim as associações destas práticas com o passado e construção de sua memória. O foco aqui é compreender como o passado compõem o presente, como a historicidade ou a temporalidade é pensada e praticada e como ela tem se representado como um elemento transformador do futuro destas sociedades na sua relação com a sociedade nacional. Talvez com este tipo de abordagem, que favorece uma visão integrada do patrimônio material e imaterial, possamos ter novos subsídios para discutir os contextos arqueológicos e buscar novos significados para nossas tão desgastadas classificações.

O segundo viés que pesquisas colaborativas traz está na descentralização da produção do conhecimento, ao propagar uma prática mais reflexiva, inclusiva e ética. Trata-se de criar uma nova relação entre pesquisadores e coletivos locais, trazendo para a disciplina arqueológica uma postura de engajamento social e político que no contexto internacional há algum tempo a antropologia de uma maneira mais ampla já adotou, mas que no Brasil, devido em grande parte à história colonialista da arqueologia, esta ficou à margem dessas discussões. Acredito que o estabelecimento de uma relação distinta entre sujeitos e objetos da pesquisa tem um potencial efetivo de mudança na produção do conhecimento em arqueologia.

Os resultados de pesquisas colaborativas também reverberam em dois âmbitos, no meio acadêmico e entre os coleti-

vos indígenas envolvidos. No exemplo utilizado de nossa pesquisa junto com os Xokleng, no âmbito acadêmico, esta pesquisa será realizada em parceria com os acadêmicos indígenas da Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC, que solicitaram a pesquisa em sua terra e que participam do projeto desde sua concepção. Assim o projeto, seu andamento e resultados serão discutidos na universidade com os Xokleng através de grupos de trabalho no tempo-universidade, participação nas etapas de campo e reuniões de trabalho durante o tempo-comunidade. Atualmente aproximadamente 20 alunos Xokleng fazem parte do grupo de trabalho sobre este três se dedicam mais efetivamente na co-coordenação desta pesquisa, o que deverá gerar publicações em co-autoria e participação de eventos sobre o tema.

Outra forma de disseminação dos resultados está relacionada as comunidades indígenas. Entre os Xokleng, sendo uma pesquisa colaborativa, a participação dos interessados na pesquisa entre os Xokleng das oito aldeias, está aberta para além dos chamados acadêmicos indígenas. Assim, realizamos encontros abertos nas aldeias, discussões com lideranças e caciques, de forma que todos os interessados da comunidade possam participar, incluindo formas variadas de envolvimento no projeto. A repercussão de tal envolvimento não pode ser medida a priori, pois é dependente do engajamento das pessoas ao longo da pesquisa e tem se mostrada bastante variável, dependendo do calendário de outras atividades coletivas na TI, como as festas da escola e do tão popular Dia do Índio. No entanto, tendo em vista tratar-se de um projeto baseado em uma demanda dos próprios indígenas, é esperado uma in-

tenso participação deles nas atividades e resultados do projeto. Trabalhos semelhantes realizados em comunidades indígenas no Brasil (Silva 2011, Silva et al. 2011, Bospalez 2009, Stuchi 2010), Estados Unidos (Zedeño 1997, 2008; Colwell-chanthaphonh e Ferguson 2008; Siliman 2008) e Austrália (Smith 2008) mostram um grande impacto na dinâmica interna das comunidades, gerando uma mobilização interna e uma reflexão geral sobre o passado e sua ancestralidade. A importância do passado dentro as comunidades indígenas é bastante conhecida na antropologia, no entanto, o que os índios tem buscado através destas parcerias é tornar este conhecimento tradicional válido em termos científicos. Isto se deve, em grande parte, a dificuldade que estes grupos tem enfrentando na manutenção de seu território tradicional. O aumento no número de obras de desenvolvimento (hidrelétricas, estradas, linhas de transmissão, etc.) tem gerado um conflito crescente entre estes grupos e a sociedade nacional. O uso tradicional do território e seu vínculo com a região tem sido um dos principais argumentos utilizados na defesa de suas terras. É neste sentido que a arqueologia assume um lugar privilegiado nesta discussão, pois tem o potencial de transmitir a partir de moldes científicos a relação dos grupos indígenas com o território em uma ampla escala temporal. Tal possibilidade tem motivado um grande envolvimento das comunidades indígenas com a prática arqueológica, revitalizando discussões sobre o passado e, em muitos casos, levando a uma prática intensiva dos mais velhos para os mais novos sobre o uso do território, as antigas aldeias e as práticas ancestrais. Em muitos casos, objetos materiais tradicio-

nais que há muito haviam sido abandonados, voltam a ser produzidos e ativa-se um engajamento dos mais novos para a manutenção deste conhecimento tradicional.

É neste sentido que o envolvimento dos Xokleng na pesquisa arqueológica tem um potencial de reflexibilidade sobre o passado Xokleng, seus vestígios e uso do território. Desde sua concepção, ele tem estimulado os mais jovens a buscar os sábios mais velhos na busca do fortalecimento e reafirmação de uma memória coletiva tradicional. Foi proposto por eles a criação de material didático como resultado desta pesquisa para utilização em sala de aula na escola indígena da TI La-Klaño. Este material será produzido em colaboração com a Licenciatura Indígena Intercultural e será concebido pelos próprios indígenas do curso a partir de uma discussão conjunta dos resultados da pesquisa.

Outro resultado que poderia ser considerado um produto de ambos vieses, e que tem sido uma prática em contextos internacionais é a produção do que podemos chamar de mapas êmicos ou etnomapas. Um mapa êmico é uma representação visual, gráfica, do território. Esta materialização visa agregar diversos conhecimentos acerca do território e pode ter inúmeras variações dependendo dos interesses da comunidade e dos pesquisadores envolvidos. De maneira geral, vê-se uma associação entre uma visão ocidental, pautada na cartografia de escalas métricas, e as concepções, e associações nativos acerca de sua terra. Pretende-se assim produzir uma representação gráfica em papel que demonstre o significado e articulações dos lugares que compõem o território atual e passado indígena. Trata-se de uma for-

ma de tradução visual das múltiplas conexões estabelecidas entre os coletivos indígenas e seu território, condensando visões de passado, presente e futuro que perpassam relações de pertencimento social, de parentesco e suas cosmovisões. A articulação entre a materialização destas relações e as representações de cunho cartográfico são frequentes, tendo em vista o uso recorrente desta documentação não apenas pelos pesquisadores, mas também como ferramenta política na delimitação de suas terras e direitos tradicionais. No estudo de caso de Xokleng, a produção coletiva deste mapa foi proposta como parte consitutiva do material didático a ser produzido.

Realizar pesquisas colaborativas e, mais especificamente pesquisas arqueológicas em terras indígenas ou de populações tradicionais de maneira geral, é, em um primeiro momento, compreender as diferentes expectativas, práticas e visões sobre o mundo - passado, presente e futuro de cada uma das partes envolvidas na execução desta pesquisa. É também refletir o que vamos fazer sobre esta diferença. Não trata-se pois do estabelecimento de *uma* narrativa histórica sobre as populações indígenas, um discurso que consiga articular tanto visões acadêmicas ocidentais e visões nativas. Trata-se sim de respeitar e compreender as distintas historicidades, temporalidades e relações com os objetos, pessoas e lugares. Trata-se de um compromisso ético de que estas pessoas sejam ouvidas perante a sociedade e perante as legislações, trata-se assim de tornar mais simétrico o papel de seus discursos e visões sobre o passado (e assim inevitavelmente sobre seu presente e seu futuro) perante uma sociedade que atualmente não possui as ferramentas necessárias

para estabelecer esta multivocalidade em termos legais, especialmente quando estamos tratando do gerenciamento do patrimônio cultural (material e imaterial) e a regulamentação de seus direitos sobre a terra.

AGRADECIMENTOS: Esta pesquisa tem financiamento da FAPESP e faz parte de meu pós-doutorado no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Agradeço a Fabíola A. Silva e Francisco Noelli pelo apoio e comentários ao longo da pesquisa e a todos os acadêmicos Xokleng da Licenciatura Intercultural Indígena da UFSC pela colaboração e oportunidade de trabalho conjunto. *SB*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALÉE, W. 1994 *Footprints of the Forest: Ka'apor Ethnobotany—the Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People*. New York: Columbia University Press.
- BESPÁLEZ, E. 2009. Levantamento arqueológico e etnoarqueologia na Aldeia Lalima, Miranda/MS um estudo sobre a trajetória histórica da ocupação indígena regional. Dissertação Mestrado, MAE/USP.
- BINFORD, L. 1978 *Nunamuit Ethnoarchaeology*. New York: academic Press.
- 1983 *In pursuit of the past: decoding the archaeological record*. New York: academic press.
- BOWSER, B. J. E ZEDEÑO, M. N. (EDS) 2009 **The Archaeology of Meaningful Places**. University of Utah Press, Salt Lake City.
- CARROLL, A. K.; ZEDEÑO, M. N. E STOFFLE 2004 *Landscapes of the Ghost Dance: A Cartography of Numic Ritual* **Journal of Archaeological Method and Theory** 11(2):127-156.
- COLWELL-CHANATHAPHONH, C. E FERGUSON, T.J. 2008. Introduction. The Collaborative Continuum. In COLWELL-CHANATHAPHONH, C. E FERGUSON, T.J. *Collaboration in Archaeological Practice. Engaging Descendent Communities*. Altamira Press, New York, pp.1-32.
- COLWELL-CHANATHAPHONH, C. 2009. The Archaeologist as a world citizen. On the Morals of Heritage Preservation and destruction. In MESKELL, L. (Ed.) *Cosmopolitan Archaeologies*. Duke University Press, pp140-165.
- CUNHA, M. C. 1992. Introdução a uma história indígena. In: Cunha, M. C. da. (org.). *História dos índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP.
- DAVID, N. e KRAMER, C. 2001. *Ethnoarchaeology in action*. Cambridge World Archaeology. Cambridge University Press.
- DAVID, B. e THOMAS, J. 2008 *Landscape Archaeology: Introduction*. In DAVID, B. AND THOMAS, J. *Handbook of Landscape Archaeology*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, pp. 27-43.
- DEBOER, W. R. E LATHRAP, D. 1979 The making and breaking of Shipibo-Conibo ceramics. In *Ethnoarchaeology: implications of ethnography for archaeology*, Kramer (ed.), pp.102-38. New York: Columbia University Press.
- DUNNELL, R. 1986. *Advances in Archaeological Method and Theory*, vol. 9: 149 – 197.
- EBLE, A. B. 1973. Identificação arqueológica de padrões de povoamento e de subsistência na região do Alto Vale do Itajaí – Santa Catarina. *Anais do Museu de Antropologia*, p.63-76.
- 1973 Problemas Arqueológicos da Região do Alto Vale do Itajaí. *Anais do Museu de Antropologia*, p.41-52.
- FAIRCLOUGH, G.; HARRISON, R.; JAMESON JNR, J.; SCHOFIELD, J. 2008. *The Heritage Reader*. Routledge, New York.
- FAUSTO, C. E M. HECKENBERGER. 2011 Introduction: Indigenous History and the History of the “Indians”. In: C. Fausto & M. Heckenberger, *When Time Matters: History, Memory, and Identity in Indigenous Amazonia*. University Presses of Florida.
- FERREIRA, L. M.. 2011 Introdução. Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina: entre o local e o global. In FERREIRA, L. M.; FERREIRA, M.L. M.; ROTMAN, M.B. (Orgs.) *Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina. Estudos de caso*. AnnaBlume: CAPES, São Paulo, pp.7-15.
- FERREIRA, L.M.; FERREIRA, M. L. M.; ROTMAN, M. B. (Orgs.) 2011 *Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina. Estudos de caso*. AnnaBlume: CAPES, São Paulo.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A.. 2009 Vernacular Cosmopolitanism. An Archaeological critique of universalistic reason. In MESKELL, LYNN (Ed.) *Cosmopolitan Archaeologies*. Duke University Press, pp 113-139.
- GOULD, R.A. 1978 Beyond analogy in ethnoarchaeology. In *Explorations in ethnoarchaeology*, R.A. Gould (ed), pp.249-93. Albuquerque: University of New Mexico.
- GREEN, Lesley; GREEN, D., NEVES, E. G. 2003 Indigenous knowledge and archaeological science. *Journal of Social Archaeology*, v.3, n.3, oct.
- GUÉRIOS, M. 1945 O Xocrén é idioma Caingangue. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba : Museu Paranaense, v. 4, p. 321-32.
- HECKENBERGER, M., 2001. Estrutura, história e transformação: a cultura Xinguana na longue durée, 1000-2000d.c., In

Franchetto, B. E Heckenberger, M. (Org.), *Os povos do Alto Xingu História e Cultura*, Editora UFRJ, Chap.1: 21-62.

HODDER, I. 1982 *Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture*. New York: Cambridge University Press.

1986 *Reading the past*. Cambridge University Press, New York.

INGOLD, T., 2000. *The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill*. London, Routledge.

KNAPP, A.B & ASHMORE, W. (Eds.) 1999 *Archaeologies of Landscape. Contemporary Perspectives*. Blackwell Publishers.

LANE, P.J. 2008 The use of Ethnography in Landscape Archaeology. In David, B. and Thomas, J. *Handbook of Landscape Archaeology*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, pp. 237-244.

LONGACRE, W. E SKIBO, J. (eds) 1994 *Kalinga Ethnoarchaeology: expanding archaeological method and theory*. Washington, DC: Smithsonian Institution Press.

MACHADO, J. 2009. História e Memória na construção da paisagem na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Especial História da Arqueologia Amazônica.

2012 *Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônica*. Tese de Doutorado. PPGAS, Museu Nacional, UFRJ, maio.

MCMANAMON, F. 1984. Advances in archaeological method and theory. vol. 7 : 228- 292

MAYBURY-LEWIS, D. (ORG.) 1979 *Dialectical societies: the Gê and Bororo of Central Brazil*, Cambridge, Harvard University Press. 1990 [1965] *O selvagem e o inocente*, Campinas, Unicamp

MESKELL, L. (Ed.) *Cosmopolitan Archaeologies*. Duke University Press, 2009.

NEUPORT, M. 1999 *Pottery and Politics: factions and the organization of ceramic production in Paradijon, the Philippines*. Ph.D. thesis, University of Arizona.

NEVES, E. G. . Tradição Oral e Arqueologia na História Indígena do Alto Rio Negro. In: Louis Forline; Rui Murrieta; Ima Vieira. (Org.). *Amazônia, Além dos 500 Anos*. Belém: Editora do Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006, v. , p. 1-37.

2001. Indigenous historical trajectories in the upper Rio Negro basin. In McEwan, Colin ; Barreto, Cristina ; Neves, Eduardo Góes, eds. *Unknown Amazon : culture in nature in ancient Brazil*, London : The British Museum.

NEVES, E. G. 1998. Arqueologia, história indígena e o registro etnográfico: exemplos do alto rio Negro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, Brasil, n.3, p. 319-330.

NIGRO, C.. 2004 Para além das correrias. Desafio socioambiental no Alto Vale do Itajaí. In RICARDO, FANY. *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza. O desafio das sobreposições*. ISA, São Paulo, novembro, pp.333-356.

NOELLI, F S. 1999-2000A Ocupação Humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. *Revista USP*, São Paulo, N°44, 0.218-269, dezembro/fevereiro.

1999 Repensando os rótulos e a história dos Jê do Sul o Brasil

a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3, 285-303.

1996 Os Jê do Brasil Meridional e a antiguidade da agricultura: elementos de linguística, arqueologia e etnografia. *Estudos Ibero-americanos*, PUCRS, v.XXII, N°1, p;13-25, junho.

NOELLI, F.S. 2004 O mapa arqueológico dos povos Jê no sul do Brasil. In TOMMASINO, K.; MOTA, L.T.; NOELLI, F. S.. *Novas Contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Eduel, pp. 17-56.

OLIVEIRA, J.E.E PEREIRA, L.M. 2009 *Ñande Ru Marangatu: laudo antropológico e histórico sobre uma terra Kaiowa na fronteira do Brasil com o Paraguai, município de Antonio João, Mato Grosso do sul*. Editora UFGH, Dourados, MS.

PARKER, L.O. 2005. Indigenous peoples' s rights to their cultural heritage. *Public Archaeology*, 4(2/3): 127-140.

PEREIRA, W. S. 1998. *Laudo antropológico de identificação e delimitação de terra de ocupação tradicional Xokleng : história do contacto, dinâmica social e mobilidade indígena no Sul do Brasil*. Porto Alegre : Funai.

PIAZZA, W F. 1967 Nota preliminar sobre o PRONAPA no estado de Santa Catarina. PRONAPA, *Publicações Avulsas* no 6, Museu Goeldi, Belém.

POSEY, DARRELL ADDISON [1987] 2008 Indigenous Management of tropical Forest Ecosystems: the case of the Kayapós Indians of the Brazilian Amazon. In Dove, M. R. e Carpenter, C. (Eds) *Environmental Anthropology. A historical reader*, Blackwell, pp.89-101.

REIS, J.A. 2002 *Arqueologia dos buracos de bugre: uma pré-história do planalto meridional*. EDUCS.

RENFREW, C. E BAHN, P. 1991 *Archaeology Theories, Methods and Practice*, Thames and Hudson.

RIBEIRO, D. 1993 *A pacificação dos Xokleng*. Carta, Brasília : Gab. Sen. Darcy Ribeiro, n. 9, p. 23-52.

RODRIGUES, R. 2007 *Os caçadores-ceramista do sertão paulista: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no vale do rio Feio/Aguapeí*, (Tese de doutorado).

SANTOS, S.C. 1973 *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis : Edeme.

1963 *Os Grupos Jê em Santa Catarina : projeto de pesquisa*. Rio de Janeiro (RJ): [s.n.].

1965 *Os índios Xokleng e o antropólogo*. Natal: Universidade do Rio Grande.

1965 *Os Xokleng, hoje*. Blumenau: Blumenau em Cadernos.

1966 *Sobre a organização social dos Xokleng*. Florianópolis: UFSC.

SCHMITZ, P. I. E BEBER, M. V. 2011 Em busca dos antepassados dos índios Kaingang. In CARBONERA, M E SCHMITZ, P I (Orgs.) *Antes do oeste Catarinense. Arqueologia dos povos indígenas*. Argos, Chapecó.

SILLIMAN, S W. 2008 Collaborative Indigenous Archaeology: troweling at the edges, eyeing the center. In SILLIMAN, S. W.

(Ed.) *Collaborating at the trowel's edge. Teaching and learning in indigenous archaeology*. Amerind Studies in Archaeology, pp 1-21.

SILVA, F.A. 2009 a. Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kaiabi: reflexões sobre arqueologia comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 19: 205-219.

2009 b. A etnoarqueologia e na Amazônia: contribuições e perspectivas. *Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas*, Belém, V.4, N.1, p.27-37, jan-abr.

2011 a. Arqueologia como tradução do passado no presente. *Amazônica* 3(2):260-267.

2011 Patrimônio Arqueológico em terras indígenas: considerações sobre o tema no Brasil. In FERREIRA, L. M.; FERREIRA, M. L. M.; ROTMAN, M. B. (Orgs.) *Patrimônio Cultural no Brasil e na Argentina. Estudos de caso*. AnnaBlume: CAPES, São Paulo, pp189-214.

2012 a Arqueologia e gestão do patrimônio Arqueológico: a teoria arqueológica e o papel do arqueólogo. IPHAN, *no prelo*.

2012 b O passado no presente: narrativas arqueológicas e narrativas indígenas. In FERREIRA, LÚCIO MENEZES. *Multivocalidade, no prelo*.

SILVA, F. A. & NOELLI, F.S. 1996 Para uma síntese dos Jê do sul: igualdades, diferenças e dúvidas para etnografia, etnohistória e arqueologia. *Estudos Ibero-americanos*, XXII (1), junho.

SILVA, F.A.; BESPALAZ, E. E STUCHI, F. F. 2011 a. Arqueologia Colaborativa na Amazônia. *Amazônica* 3(1) 32-59.

SILVA, F. A.; BESPALAZ, E.; STUCHI, F.F.; POUGET, F.C.. 2010 Arqueologia em terra indígena uma reflexão teórico-metodológica sobre as experiências de pesquisa na aldeia Lalima (MS) e na terra indígena Kaiabi (MT/PA). In Pereira, E. e Guapindaia, V. (orgs). *Arqueologia amazônica*, Belém : Museu Paraense Emílio Goeldi : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; Secretaria de Estado de Cultura do Pará, v. 2.

SILVA, F. A.; BESPALAZ, E.; STUCHI, F.F.; POUGET, F. C. 2007 Arqueologia, Etnoarqueologia e História Indígena – um estudo sobre a trajetória de ocupação indígena em territórios do Mato Grosso do sul: a terra indígena Kayabi e a aldeia Lalima. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 17: 509-512.

SKIBO, J. 1992 *Pottery Function: a use-alteration perspective*. New York, Plenum.

SMITH, L. 2008 Towards a Theoretical Framework for Archaeological Heritage Management. In FAIRCLOUGH, G. al. (Eds.) *The Heritage Reader*. Routledge, New York.

SMITH, C.E WOBST, H.M. (Eds.) 2005 *Indigenous Archaeologies. Decolonizing Theory and Practice*. One World Archaeology. Routledge, New York..

STARK, M. 998 (editor). Smithsonian Institution Press, Washington, D.C.

STEWART, A.; KEITH, D. e SCOTTIE, J 2004 Caribou Cross-

ings and Cultural Meanings: placing traditional knowledge and archaeology in context in an Inuit Landscape. *Journal of Archaeological Method and Theory*, Vol.11, no. 2, June, pp 183-211.

STUCHI, F. 2010 *A ocupação da terra indígena Kaiabi (MT/PA): história indígena e etnoarqueologia* história indígena Anexo 2 e etnoarqueologia. Dissertação de Mestrado, MAE/USP.

URBAN, G. 1985 Interpretation of inter-cultural contact: the Shokleng and Brazilian national society 1914-1916. *Ethnohistory*, s.l. : s.ed., v. 32, n. 3, p. 224-44.

URBAN, G. 1992 A História da Cultura Brasileira Segundo as Línguas Nativas. In *História dos Índios no Brasil*, Cunha, M;C. (ed.), pp. 87-102. São Paulo: Companhia da Letras.

VAN DER LEEUW, S 1993 Giving the potter a choice: conceptual aspects of pottery techniques. In *Technological choices: transformation in material cultures since the Neolithic*, P. Lemmonier (ed.), pp.238-88. London and New York: Routledge.

VAN DYKE, R. M. 2008 Memory, Place and the Memorialization of Landscape. In David, B. and Thomas, J. *Handbook of Landscape Archaeology*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, pp. 277-284.

VEIGA, J. 2004 *Aspectos Fundamentais da Cultura Kaingang*. Editora Curt Nimuendaju.

WHITRIDGE, P. Landscapes, houses, bodies, things:-place and archaeology of Inuit imaginaries. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 11(2): 213-250. 2004.

WIJK, F. B. 1999 *Xokleng*. Textos para ISA, julho.

WÜST, I. 1992 Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 2:13-26.

WUST, I.E BARRETO, C. 1999 A challenge for Brazilian archaeology. *Latin American Antiquity*, v. 10, n. 1, p. 3-23.

YELLEN 1977 *Archaeological approaches to the present*. New York: Academic Press.

ZEDENO, M. N. 1997. Landscapes, land use and the history of territory formation: an example from pueblan southwest. *Journal of archaeological method and theory*, 4 (1): 63-103.

2008 The Archaeology of Territory and Territoriality. In David, B. and Thomas, J. *Handbook of Landscape Archaeology*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, pp. 210-217